RELATÓRIO DE EXECUÇÃO

DESEMPENHO ESTRATÉGICO

2018

PLANO ESTRATÉGICO

MARÇO 2019

TJDFT

COMPOSIÇÃO ADMINISTRATIVA DO TJDFT

Romão Cícero de Oliveira
Desembargador Presidente

Sandra de Santis Mendes de Farias Mello
Desembargadora 1ª Vice-Presidente

Ana Maria Duarte Amarante Brito
Desembargadora 2ª Vice-Presidente

Humberto Adjuto Ulhôa
Desembargador Corregedor

TRIBUNAL PLENO

Des. Getúlio de Moraes Oliveira
Des. Romão C. Oliveira
Des. Mario Machado
Des. Romeu Gonzaga Neiva
Desa. Carmelita Brasil
Des. Cruz Macedo
Des. Waldir Leôncio Júnior
Des. Humberto Adjuto Ulhôa
Des. J. J. Costa Carvalho
Desa. Sandra De Santis
Desa. Ana Maria Duarte Amarante
Des. Jair Soares
Desa. Vera Andrighi
Des. Mário-Zam Belmiro
Des. Flavio Rostirola
Desa. Nídia Corrêa Lima
Des. George Lopes Leite
Des. Angelo Passareli
Des. José Divino de Oliveira
Des. Roberval Casemiro Belinati
Des. Silvanio Barbosa dos Santos
Des. Sérgio Rocha
Des. Arnoldo Camanho de Assis
Des. Fernando Habibe
Des. João Timóteo de Oliveira
Des. João Egmont
Des. Teófilo Caetano
Desa. Nilsoni de Freitas Custódio
Des. João Batista Teixeira
Des. Jesuino Rissato
Desa. Simone Lucindo
Des. Alfeu Machado
Des. Sebastião Coelho
Des. Gilberto Pereira de Oliveira
Desa. Leila Arlanch
Desa. Fátima Rafael
Desa. Maria de Lourdes Abreu
Des. Marco Antonio da Silva Lemos
Des. Josaphá Francisco dos Santos
Des. James Eduardo da Cruz de Moraes Oliveira
Des. César Laboissiere Loyola
Des. Sandoval Gomes de Oliveira
Des. Esdras Neves Almeida
Desa. Gislene Pinheiro de Oliveira
Desa. Ana Maria Cantarino
Des. Diaulas Costa Ribeiro
Des. Rômulo de Araújo Mendes
Des. Roberto Freitas Filho

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 4

1. Mapa Estratégico do TJDFT 7

2. Painel de Bordo 9

3. Objetivos que apresentaram desempenho satisfatório em 2018 11

Aperfeiçoar a qualidade do atendimento ao usuário 11

Agilizar a tramitação dos processos judiciais e administrativos 12

Consolidar a gestão de custos operacionais 16

Consolidar e aprimorar a governança do TJDFT 17

Aprimorar a comunicação interna e externa 17

Garantir a eficiência na alocação da força de trabalho nas unidades judiciais 18

Consolidar a política de valorização dos magistrados e dos servidores 19

Consolidar a política de gestão por competências alinhada à estratégia 19

Proporcionar condições físicas apropriadas ao exercício das atividades administrativas e judiciais 20

Proporcionar infraestrutura de TIC apropriada ao exercício das atividades administrativas e judiciais 21

Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da estratégia 22

4. Objetivos que apresentaram desempenho regular em 2018 23

Fomentar métodos consensuais de solução de conflitos 23

Fomentar o uso da tecnologia da informação e comunicação como instrumento de trabalho 26

Fomentar e aperfeiçoar as práticas de sustentabilidade social, ambiental e econômica 27

5. Objetivo que apresentou desempenho insatisfatório em 2018 28

Promover a modernização e a expansão tecnológica e o aperfeiçoamento das soluções de TIC 28

6. Considerações Finais 29

APRESENTAÇÃO

O propósito deste relatório é apresentar o resultado da execução do Plano Estratégico do TJDFT no exercício de 2018, a fim de subsidiar o Comitê de Governança e Gestão Estratégica – CGGE e a Administração Superior com informações sobre o panorama geral do desempenho estratégico do Tribunal. Ademais, sua elaboração atende ao disposto no art. 7º, § 4º, do Regimento Interno Administrativo da Secretaria do TJDFT – RIA.

A síntese do desempenho do PE 2015-2020, em 2018, está consolidada no Mapa Estratégico Sinalizado e no Painel de Bordo que se encontram, respectivamente, nas páginas 8 e 10 deste relatório. Por meio deles, é possível visualizar, de forma rápida, a situação dos objetivos, dos indicadores e das metas estratégicas do Tribunal.

Em sequência, detalha-se a situação de cada objetivo estratégico por meio de gráficos que apresentam a performance dos seus respectivos indicadores de desempenho, acompanhados, sempre que necessário e disponível, de breves considerações sobre o resultado apurado em 2018.

Cabe salientar que no caso dos indicadores relacionados abaixo, os resultados históricos estão diferentes daqueles divulgados no Relatório de Execução do Plano Estratégico relativo a 2017 (RE-PE 2017), em razão das justificativas apresentadas em cada caso.

Tabela 1 – Indicadores que tiveram os valores alterados em relação ao RE-PE 2017

INDICADOR	UN. MEDIDA	VALORES HISTÓRICOS ALTERADOS EM RELAÇÃO AO RE-PE 2017	JUSTIFICATIVA
S2.1. Índice de promoção de ações voltadas à solução adequada de conflitos	Pessoas	2015 a 2017	Alteração da notação do indicador, que passou a ser computado por número de pessoas, em vez de índice, conforme aprovado na Reunião de Análise da Estratégia - RAE 3/2018.
PI1.1. Celeridade processual (1ª Instância)	Dias	2015 a 2017	Revisão dos valores em razão de ajustes no Painel de Indicadores da Corregedoria, conforme consultas realizadas em março de 2018.
PI1.3. Índice de processos antigos (1ª Instância)	Porcentagem	2015 a 2017	
PI1.5. Índice de atendimento à demanda (1ª Instância)	Porcentagem	2015 a 2017	
PI1.4. Índice de processos antigos (2ª Instância)	Porcentagem	2015 a 2017	Revisão dos valores em razão de ajustes no Painel de Indicadores da Segunda Instância, conforme consultas realizadas em abril de 2018.
PI1.5. Índice de atendimento à demanda (2ª Instância)	Porcentagem	2017	
PI2.1. Índice de eficiência operacional	R$	2015 a 2017	Revisão dos valores em razão de ajustes nos valores das variáveis Processos Baixados, tanto na Primeira quanto na Segunda Instância, após consulta aos painéis de indicadores de ambas as Instâncias, conforme consultas realizadas em março e abril de 2018. Também houve alteração das metas, haja vista a alteração da linha de base, em 2015.
PI3.1. Índice de processos judiciais eletrônicos novos	Porcentagem	2015 a 2017	Revisão dos valores em razão de ajustes nos valores das variáveis Casos Novos e Casos Novos Eletrônicos, tanto na Primeira quanto na Segunda Instância, após consulta aos painéis de indicadores de ambas as Instâncias, conforme consultas realizadas em março e abril de 2018.
PI5.2. Índice de Comunicação Interna	Nota de 1 a 5	2017	O resultado foi corrigido de acordo com o valor final divulgado no Relatório da Pesquisa de Clima 2018, disponível na página do TJDFT na intranet.

AC2.1. Índice de Reconhecimento e Recompensas	Porcentagem	2017	O resultado foi corrigido de acordo com o valor final divulgado no Relatório da Pesquisa de Clima 2018, disponível na página do TJDFT na intranet.
AC2.2. Índice de Satisfação e Comprometimento	Porcentagem	2015 e 2017	O resultado foi corrigido de acordo com o valor final divulgado no Relatório da Pesquisa de Clima 2018, disponível na página do TJDFT na intranet.
AC4.1. Índice de execução do PETIC	Porcentagem	2016 e 2017	Segundo a AGM, os valores foram alterados, conforme despacho AGM 0798316, PA SEi 8.410/2018, em razão de atualização realizada no PDTIC.

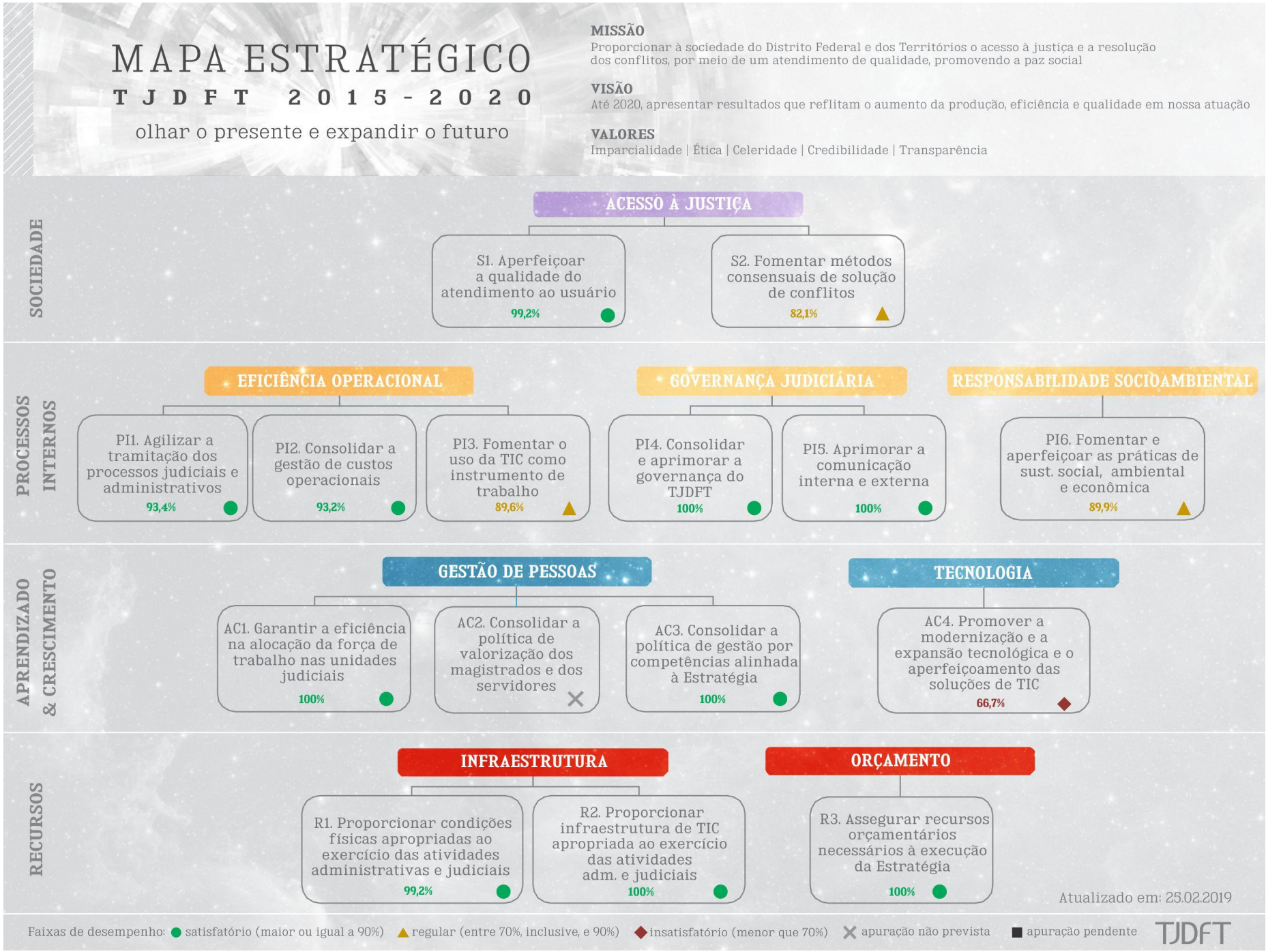
1. Mapa Estratégico do TJDFT

De acordo com Martins e Marini[1], o *Balanced Scorecard – BSC* consagrou-se como metodologia de gestão estratégica por permitir uma explicitação sistemática da estratégia e, ao fazê-lo, facilitar essa gestão. O Mapa Estratégico, nesse sentido, representa o próprio instrumento de demonstração da estratégia, apresentando graficamente as relações de causa e efeito dos objetivos e dos indicadores das perspectivas do BSC.

No Mapa Estratégico do TDFJT, apresentado a seguir, a sinalização indica o nível de desempenho de cada objetivo estratégico ao final do exercício de 2018 e as faixas de desempenho estão definidas da seguinte forma: (verde) desempenho satisfatório, isto é, maior ou igual a 90% da meta; (amarelo) desempenho regular, maior ou igual a 70% e menor do que 90%; (vermelho) desempenho insatisfatório, ou menor do que 70% da meta; e (cinza) apuração não prevista para o período.

[1] Martins, Humberto Falcão; Marini, Caio. Um guia de governança para resultados na administração pública. Publix Editora, 2010. p. 99.

Figura 1 –Mapa Estratégico sinalizado do TJDFT



2. Painel de Bordo

A seguir, encontra-se quadro consolidado de monitoramento do desempenho estratégico do Tribunal (Painel de Bordo). Para cada objetivo estratégico, são apresentados os indicadores e as metas fixadas para o exercício de 2018. A polaridade dos indicadores está definida da seguinte forma: positiva, nesse caso, quanto maior for o resultado do indicador, melhor (exemplo clássico: renda per capita); e negativa, ou seja, quanto menor for o resultado do indicador, melhor (exemplo clássico: taxa de analfabetismo).

Salienta-se que o detalhamento da metodologia de cálculo dos indicadores encontra-se no Manual de Detalhamento dos Indicadores, disponível em https://www.tjdft.jus.br/institucional/gestao/gestao-estrategica/planejamento-estrategico/Manual_Detalhamento_Indicadores_Estrategicos4verso.pdf.

Acrescente-se que, nos casos em que o objetivo é medido por mais de um indicador, seu desempenho é calculado a partir da média simples dos resultados dos indicadores. Isso significa que, nesses casos, todos os indicadores têm peso igual no resultado final do objetivo.

Quadro 1 – Painel de Bordo

PAINEL DE BORDO

PLANO ESTRATÉGICO 2015 - 2020

TJDFT

Atualizado em: 25.02.2019

	Objetivo Estratégico	Indicador	Periodicidade de apuração*	Unidade de medida	Polaridade	Desempenho | 2015		Desempenho | 2016		Desempenho | 2017		Desempenho | 2018					
												QUAD 1		QUAD 2		QUAD 3[1]	
						Meta	Result.	Meta	Result.	Meta	Result.	Meta	Result.	Meta	Result.	Meta	Result.
SOCIEDADE	S1. Aperfeiçoar a qualidade do atendimento ao usuário.	S1.1. Índice de satisfação com a prestação de serviços	Semestral	Nota de 0 a 10	Positiva	7,75	● 7,55	7,8	● 7,65	7,85	● 8,01	7,9	● 7,78			7,9	● 7,97
	S2. Fomentar métodos consensuais de solução de conflitos	S2.1. Índice de promoção de ações voltadas à solução adequada de conflitos	Quadrimestral	Pessoas	Positiva	13.863	● 19.131	14.556	● 27.752	15.249	● 19.259	5.314	● 7.291	10.628	● 18.641	15.943	● 30.469
		S2.2. Sessões de conciliação e mediação pré-processuais designadas	Quadrimestral	Sessões	Positiva			7.393	▲ 5.604	8.393	● 10.201	1.879	● 1.811	4.697	▲ 3.418	9.393	▲ 7.059
		S2.3. Procedimentos resolvidos por meio de conciliação e mediação pré-processual e processual	Quadrimestral	Procedimentos	Positiva		41.815	48.586	● 67.431	70.128	▲ 60.867	24.275	◆ 15.675	48.550	▲ 35.224	72.825	▲ 51.755
PROCESSOS INTERNOS	PI1. Agilizar a tramitação dos processos judiciais e administrativos	PI1.1. Celeridade processual (1ª Instância)	Quadrimestral	Dias	Negativa	270	● 257	265	● 244	260	● 243	256	● 232	256	● 234	256	● 235
		PI1.2. Celeridade processual (2ª Instância)	Quadrimestral	Dias	Negativa	90	● 91	80	◆ 108	80	◆ 154	135	● 142,0	135	● 140	135	● 134,8
		PI1.3. Índice de processos antigos (1ª Instância)	Quadrimestral	%	Negativa	70%	● 18,4%	65%	● 18%	60%	● 18,5%	20%	● 18,0%	20%	● 19,0%	20%	● 19,9%
		PI1.4. Índice de processos antigos (2ª Instância)	Quadrimestral	%	Negativa	10%	● 6,1%	10%	● 4%	10%	● 8,8%	10%	▲ 11,27%	10%	◆ 13,54%	10%	◆ 14,6%
		PI1.5. Índice de atendimento à demanda (1ª Instância)	Quadrimestral	%	Positiva	130%	▲ 97,8%	128%	▲ 109,8%	126%	▲ 105,5%	100%	● 102,3%	100%	● 104,8%	100%	● 102,6%
		PI1.6. Índice de atendimento à demanda (2ª Instância)	Quadrimestral	%	Positiva	105%	▲ 90%	105%	◆ 71%	105%	● 128,1%	105%	● 105,7%	105%	● 103,8%	105%	● 107,7%
		PI1.8. Índice de aquisição de bens e serviços em tempo-padrão	Quadrimestral	%	Positiva	51%	● 76,0%	55%	● 71,1%	60%	● 86,4%	66%	● 80,5%	66%	● 77,4%	66%	● 78,3%
	PI2. Consolidar a gestão de custos operacionais	PI2.1. Índice de eficiência operacional	Quadrimestral	R$	Negativa	(A fixar)	2.537,74	2.547,42	● 2.537,85	2.471,00	● 2.623,42	2.396,87	▲ 2.997,15	2.396,87	● 2.622,66	2.396,87	● 2.558,70
	PI3. Fomentar o uso da tecnologia da informação e comunicação como instrumento de trabalho	PI3.1. Índice de processos judiciais eletrônicos novos	Quadrimestral	%	Positiva	5%	● 9,7%	10,0%	● 23,2%	15,0%	● 59,3%	33,3%	● 57,9%	51,7%	● 62,2%	70,0%	▲ 62,7%
	PI4. Consolidar e aprimorar a governança do TJDFT	PI4.1. Índice de execução do orçamento estratégico	Anual	%	Positiva	(Fixar linha de base)	100%	100%	● 100%	100%	● 100%					100%	● 100%
	PI5. Aprimorar a comunicação interna e externa	PI5.2. Índice de Comunicação Interna	Bienal	Nota de 1 a 5	Positiva	3,20	● 3,08			3,50	▲ 2,9						
		PI5.3. Índice de satisfação com a qualidade das informações	Semestral	Nota de 0 a 10	Positiva	(Fixar linha de base)	7,61	7,75	● 7,95	7,80	● 8,2	7,85	● 7,98			7,85	● 8,26
	PI6. Fomentar e aperfeiçoar as práticas de sustentabilidade social, ambiental e econômica	PI6.1. Índice de execução do Plano de Logística Sustentável	Anual	%	Positiva	100%	● 91,6%	100%	● 92,4%	100%	● 92,5%					100%	▲ 89,87%
APRENDIZADO & CRESCIMENTO	AC1. Garantir a eficiência na alocação da força de trabalho nas unidades judiciais	AC1.1. Percentual de alocação da força de trabalho nas unidades judiciais	Quadrimestral	%	Positiva	(Fixar linha de base)	47,2%	48,2%	● 47,1%	49,2%	● 49,4%	50,2%	● 50,52%	50,2%	● 50,5%	50,2%	● 50,5%
	AC2. Consolidar a política de valorização dos magistrados e dos servidores	AC2.1. Índice de Reconhecimento e Recompensas	Bienal	%	Positiva	21,0%	● 22,8%			21,7%	● 24,8%						
		AC2.2. Índice de Satisfação e Comprometimento	Bienal	%	Positiva	59,3%	▲ 49,2%			61,8%	● 57,7%						
	AC3. Consolidar a política de gestão por competências alinhada à estratégia	AC3.1. Índice de participação na GDCOMP	Anual	%	Positiva	(Fixar linha de base)	74,2%	74,2%	● 79%	74,7%	● 76,3%					75,2%	● 79,9%
	AC4. Promover a modernização e a expansão tecnológica e o aperfeiçoamento das soluções de TIC	AC4.1. Índice de execução do PETIC	Anual	%	Positiva	100%	◆ 50,0%	100%	◆ 33%	100%	◆ 45,0%					100%	◆ 66,7%
RECURSOS	R1. Proporcionar condições físicas apropriadas ao exercício das atividades administrativas e judiciais	R1.1. Índice de satisfação com as condições físicas (público externo)	Semestral	Nota de 0 a 10	Positiva	8,40	● 8,67	8,40	● 8,5	8,40	● 8,52	8,40	● 8,26			8,40	● 8,79
		R1.2. Índice de satisfação com as condições físicas (público interno)	Bienal	Nota de 1 a 5	Positiva	3,65	● 3,66			3,65	● 3,79						
	R2. Proporcionar infraestrutura de TIC apropriada ao exercício das atividades administrativas e judiciais	R2.1. Índice de disponibilidade de infraestrutura de TIC	Quadrimestral	%	Positiva	99%	● 98,5%	99%	● 99%	99%	● 99,3%	99%	● 99,7%	99%	● 99,9%	99%	● 99,9%
		R2.2. Índice de atendimento às demandas por infraestrutura de TIC	Quadrimestral	%	Positiva	93%	● 98,2%	94%	● 98%	95%	● 98,6%	96%	● 99,9%	96%	● 99,9%	96%	● 100,0%
	R3. Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da Estratégia	R3.1. Índice de recursos orçamentários garantidos	Anual	%	Positiva	87,0%	▲ 68,9%	88%	● 93,6%	88%	● 90,6%					89%	● 100,0%

** Os indicadores quadrimestrais são apurados nos meses de abril, agosto e dezembro de cada ano; os semestrais, nos meses de março e setembro; os anuais, no mês de dezembro e os bienais, geralmente, entre os meses de setembro e outubro, período de realização da pesquisa de clima organizacional.*

[1] No caso dos indicadores com periodicidade de apuração anual ou bienal, os valores do terceiro quadrimestre (QUAD 3), equivalem aos valores anuais, ou bienais, conforme o caso.

[2] Indicadores criados em 2016 em substituição aos indicadores Índice de Realização de Conciliações/Mediações Pré-processuais, Índice de Realização de Conciliações/Mediações Processuais e Índice de Matérias Positivas na Imprensa. Portanto, sem meta para 2015.

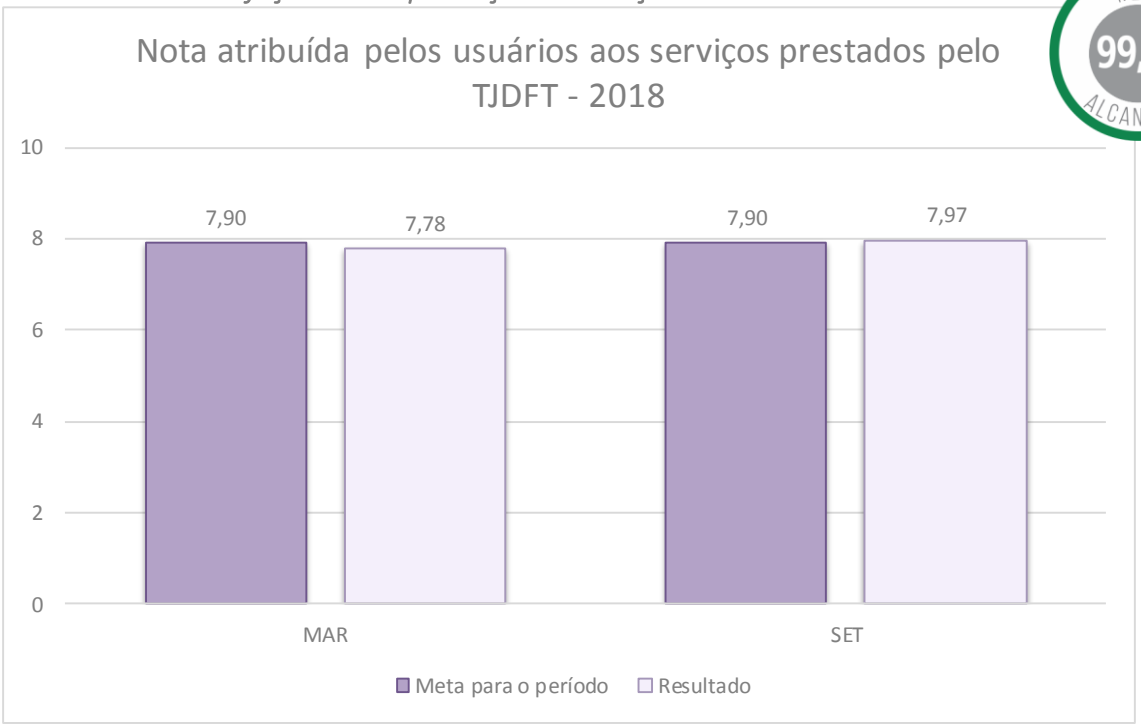
Faixas de desempenho: ● satisfatório (maior ou igual a 90%) ▲ regular (entre 70%, inclusive, e 90%) ◆ insatisfatório (menor que 70%) ✕ apuração não prevista ■ apuração pendente

3. Objetivos que apresentaram desempenho satisfatório em 2018

De acordo com o Quadro 1, verifica-se que, dos quinze objetivos do PE 2015-2020, onze deles, ou cerca de 80%, apresentaram **resultados satisfatórios**, portanto dentro do esperado em 2018.

Aperfeiçoar a qualidade do atendimento ao usuário

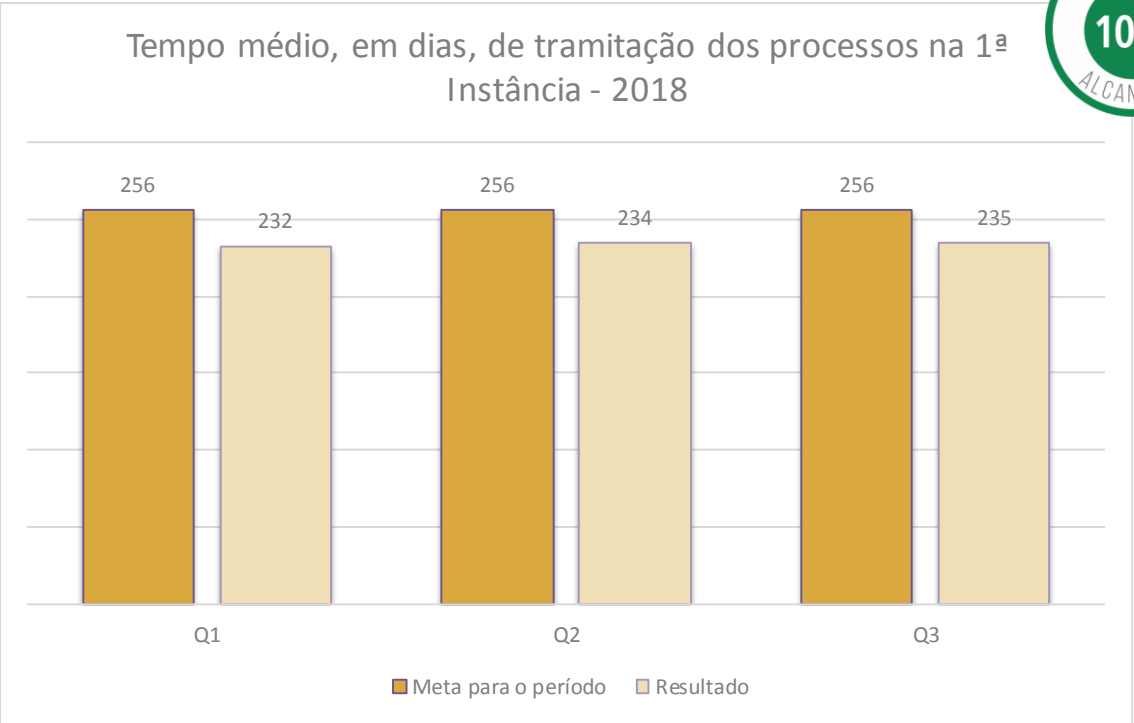
S1.1. Índice de satisfação com a prestação de serviços



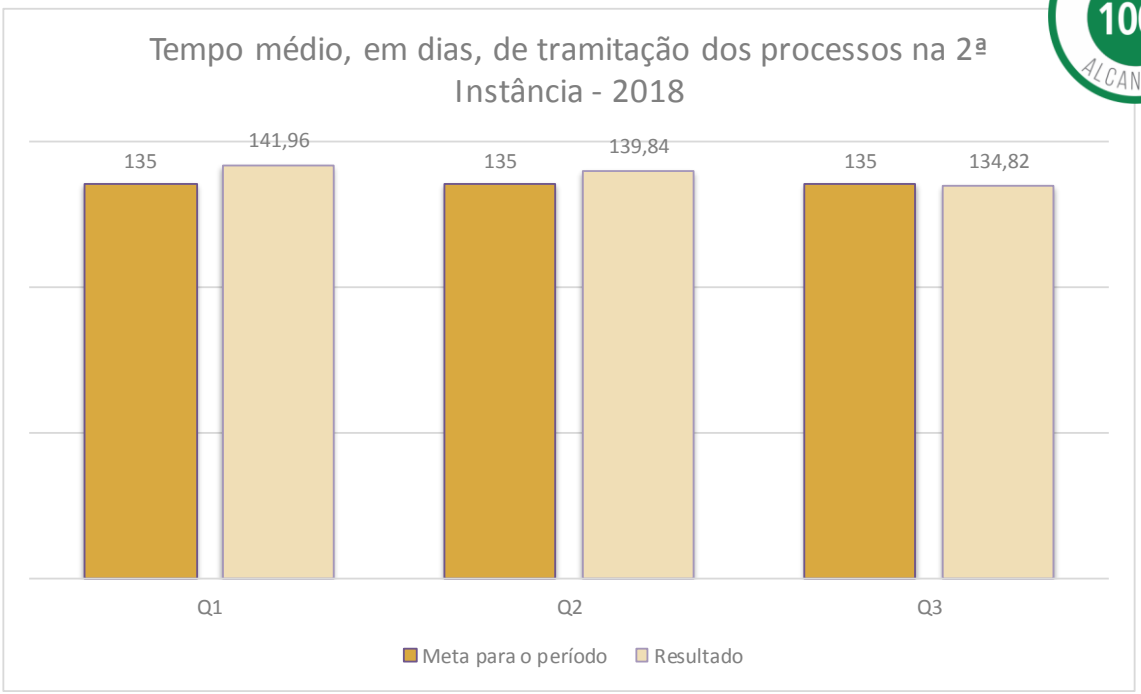
Agilizar a tramitação dos processos judiciais e administrativos

PI1.1. Celeridade processual (1ª Instância)

META 100% ALCANÇADA

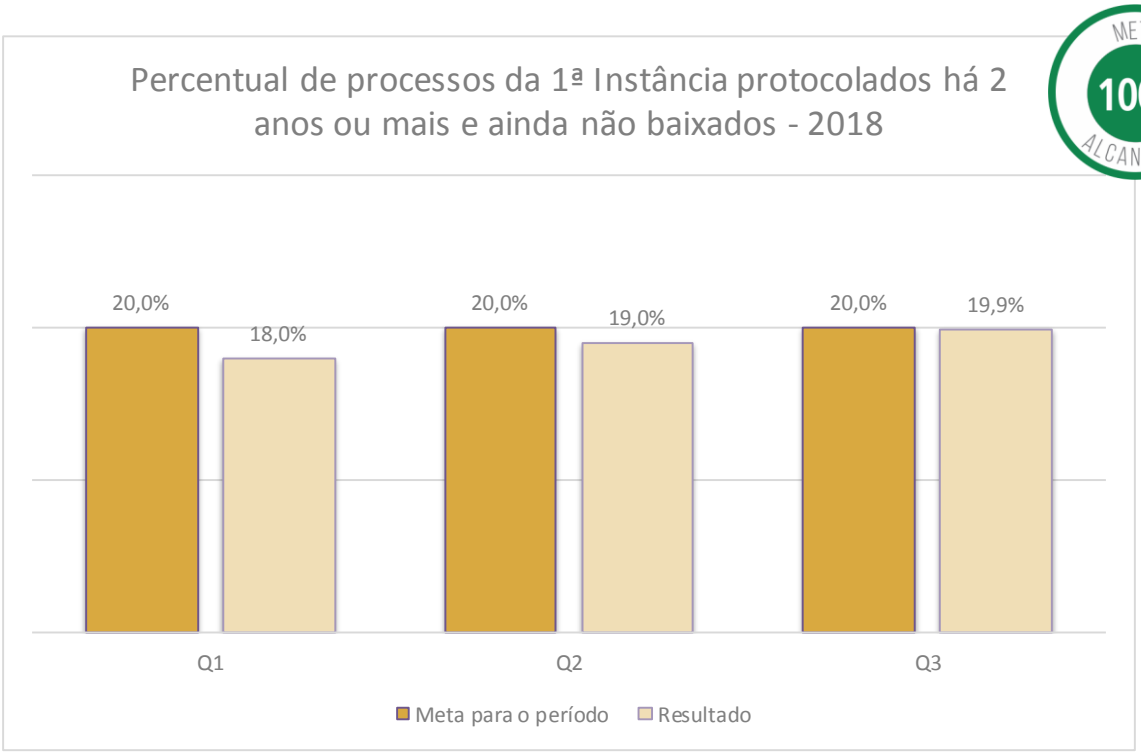


PI1.2. Celeridade processual (2ª Instância)



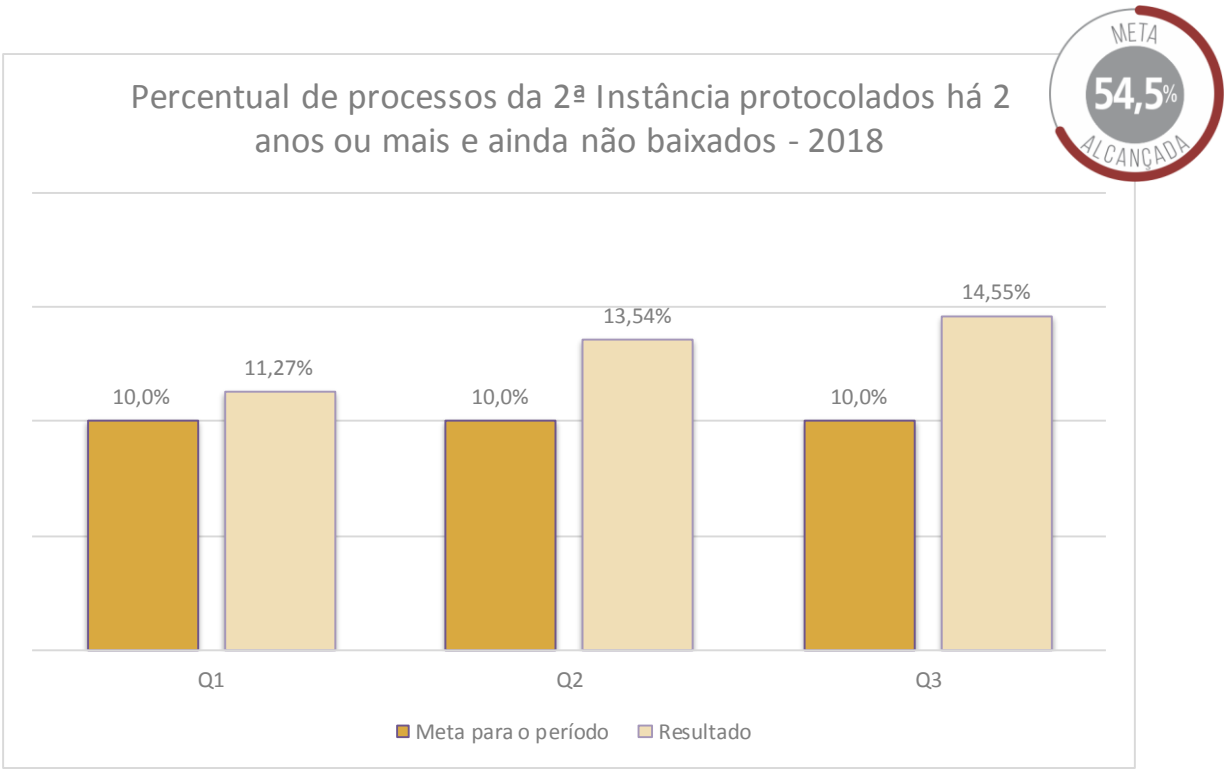
Comentário: O indicador teve suas metas alteradas, conforme aprovado pela Comissão Permanente de Acompanhamento da Execução do Plano Estratégico – CPAEPE na RAE 4/2018 – em 2018, de 80 para 135 dias e em 2019, de 80 para 125 dias.

PI1.3. Índice de processos antigos (1ª Instância)



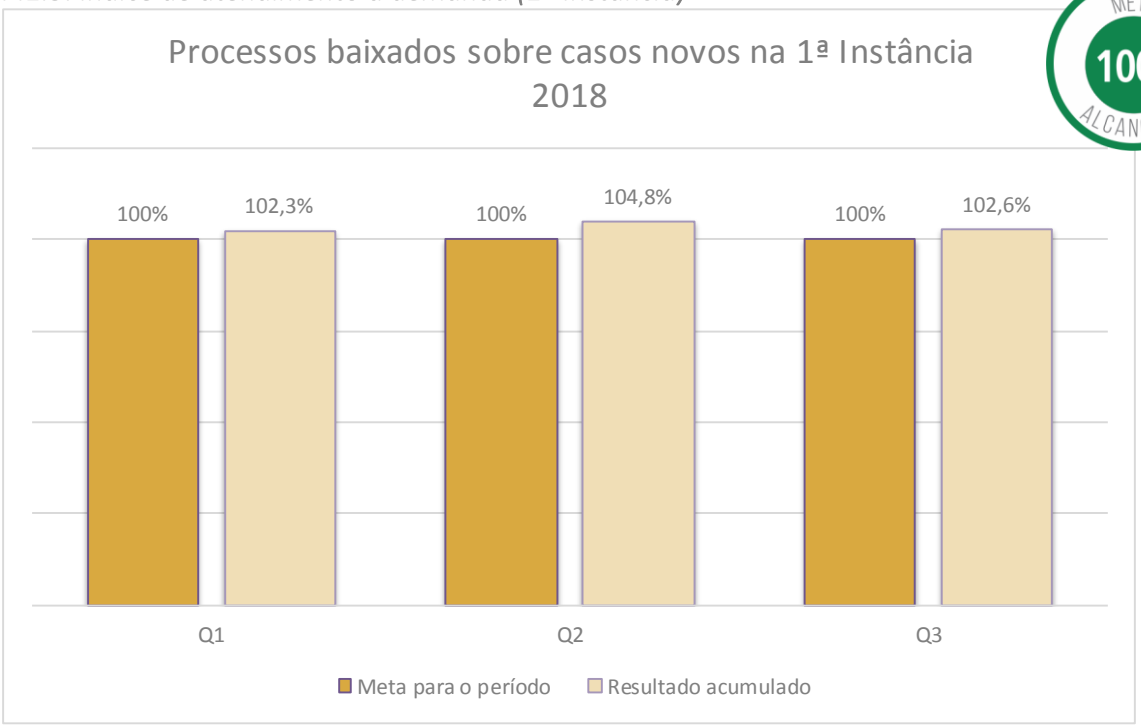
Comentário: O indicador teve as metas de 2018 a 2020 alteradas, conforme aprovado pela CPAEPE na RAE 4/2018 – em 2018, de 55% para 20%, em 2019, de 50% para 20% e em 2020, de 45% para 20%.

PI1.4. Índice de processos antigos (2ª Instância)



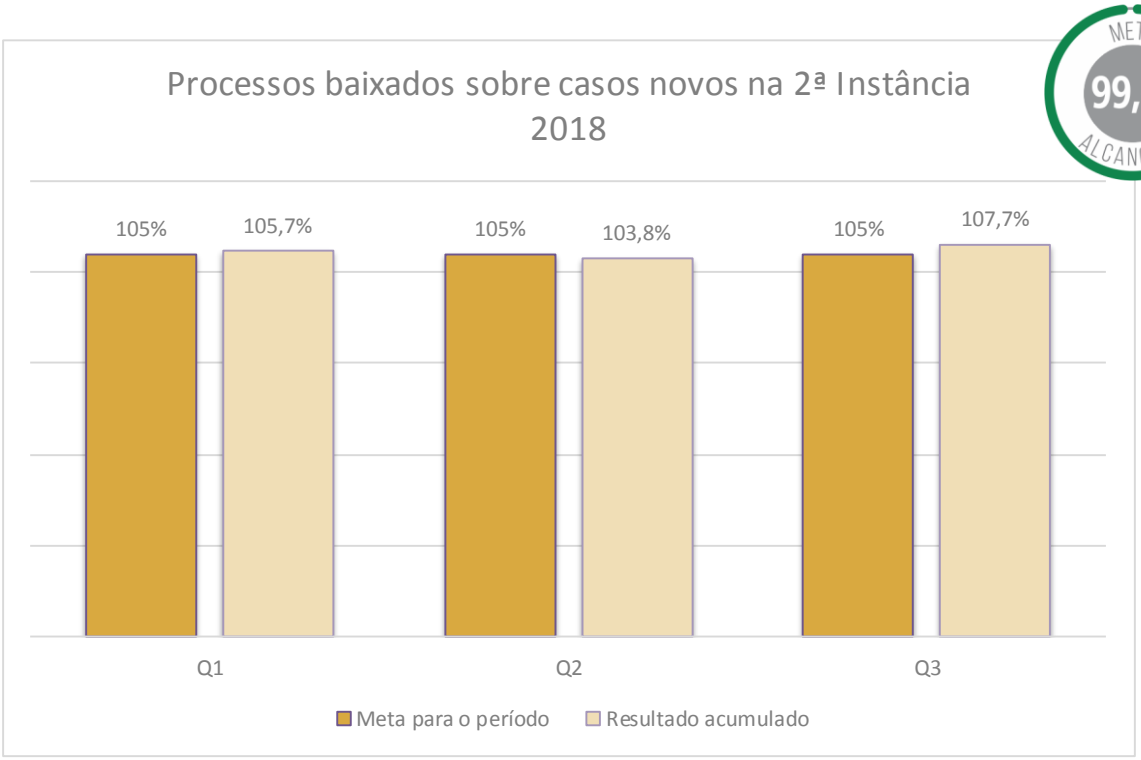
Comentário: Em análise estatística (0803576, PA SEi 20.917/2018), o Núcleo de Registro de Acórdão e Estatística - NUREST avaliou a série histórica das variáveis que compõem o cálculo do indicador, quais sejam, Casos Pendentes de Baixa - CpBaix e Casos Pendentes de Baixa Antigos - CpBaixAnt e concluiu que a piora do desempenho em 2018 veio como reflexo de um expressivo aumento dos CpBAix no exercício de 2016, os quais passaram a ser computados como antigos em 2018. Considerando, ainda, a redução dos CpBaix a partir de 2017, o NUREST concluiu que o indicador tende a naturalmente convergir para a meta a partir da próxima apuração (Q1 de 2019).
Do exposto pelo NUREST, resta clara a necessidade de o Tribunal atuar no controle da variável CpBaix a fim de evitar a piora subsequente do indicador de casos antigos na 2ª Instância.

PI1.5. Índice de atendimento à demanda (1ª Instância)

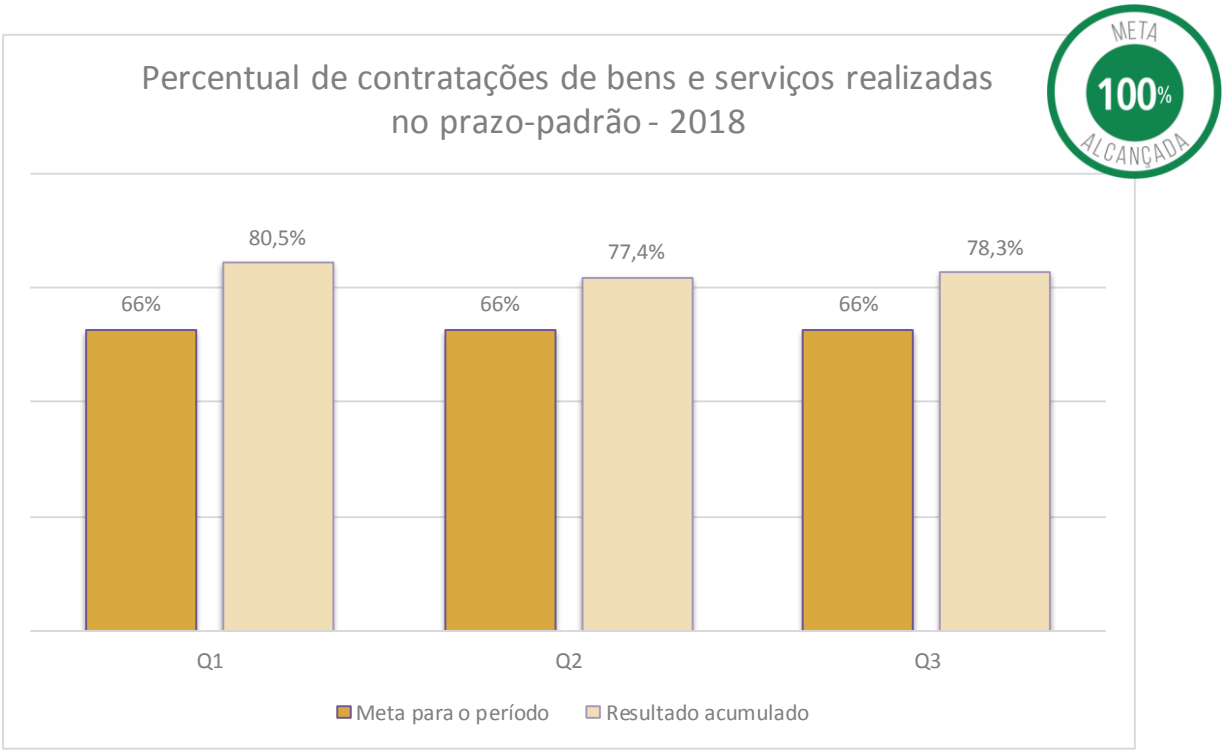


Comentário: O indicador teve as metas de 2018 a 2020 alteradas, conforme aprovado pela CPAEPE na RAE 4/2018 – em 2018, de 124% para 100%, em 2019, de 122% para 100% e em 2020, de 120% para 100%.

PI1.6. Índice de atendimento à demanda (2ª Instância)

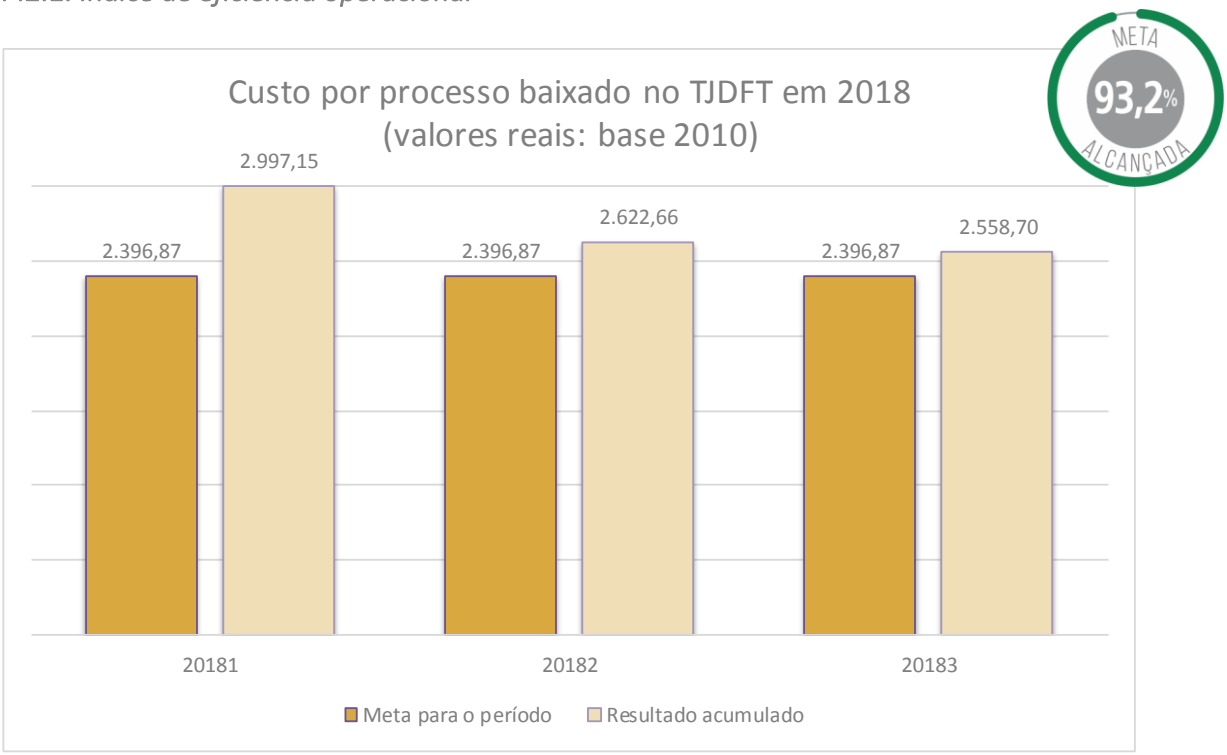


PI1.8. Índice de aquisição de bens e serviços em tempo-padrão



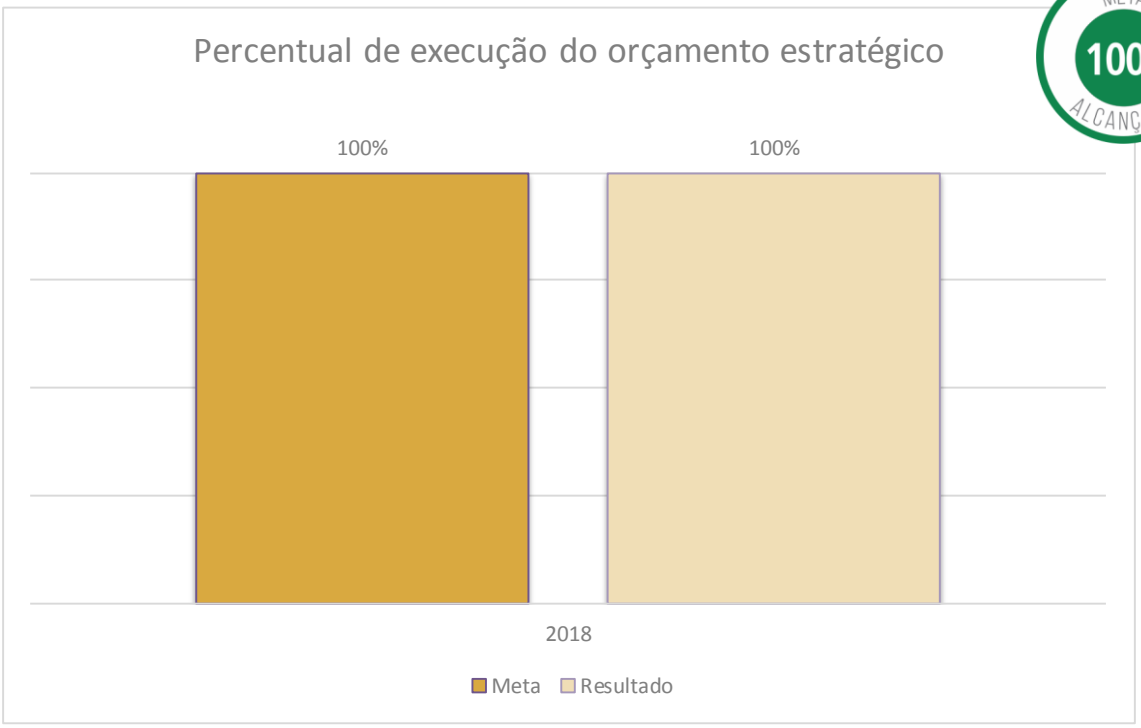
Consolidar a gestão de custos operacionais

PI2.1. Índice de eficiência operacional



Consolidar e aprimorar a governança do TJDFT

PI4.1. Índice de execução do orçamento estratégico

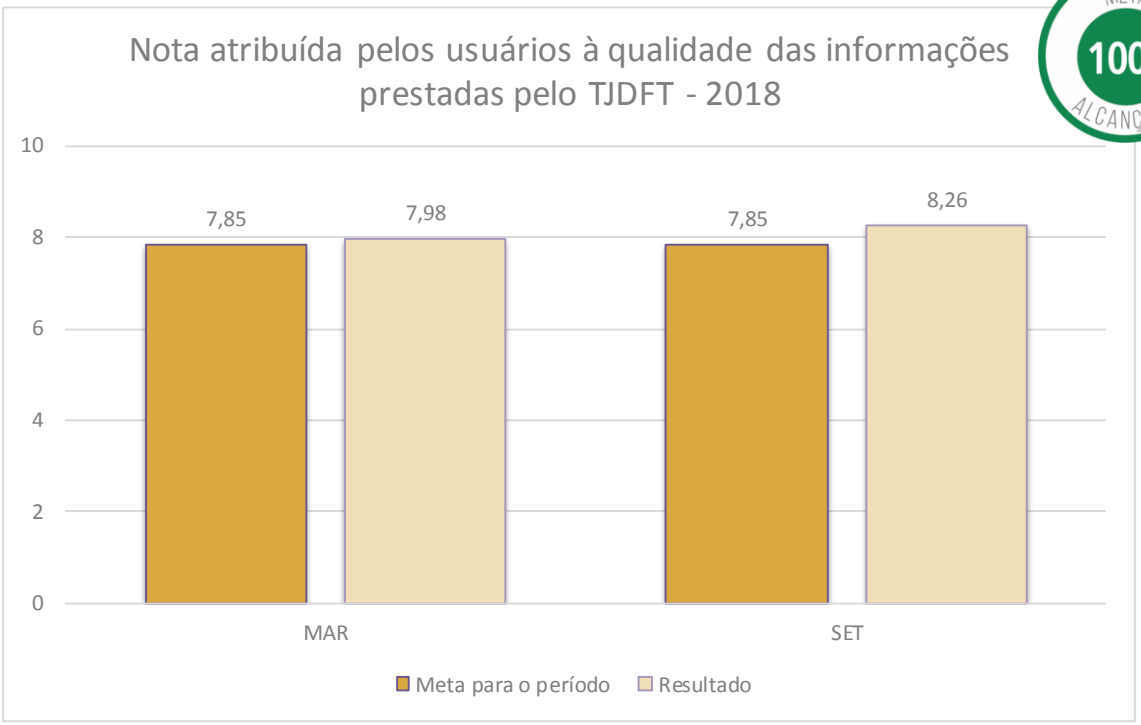


Aprimorar a comunicação interna e externa

PI5.2. Índice de Comunicação Interna

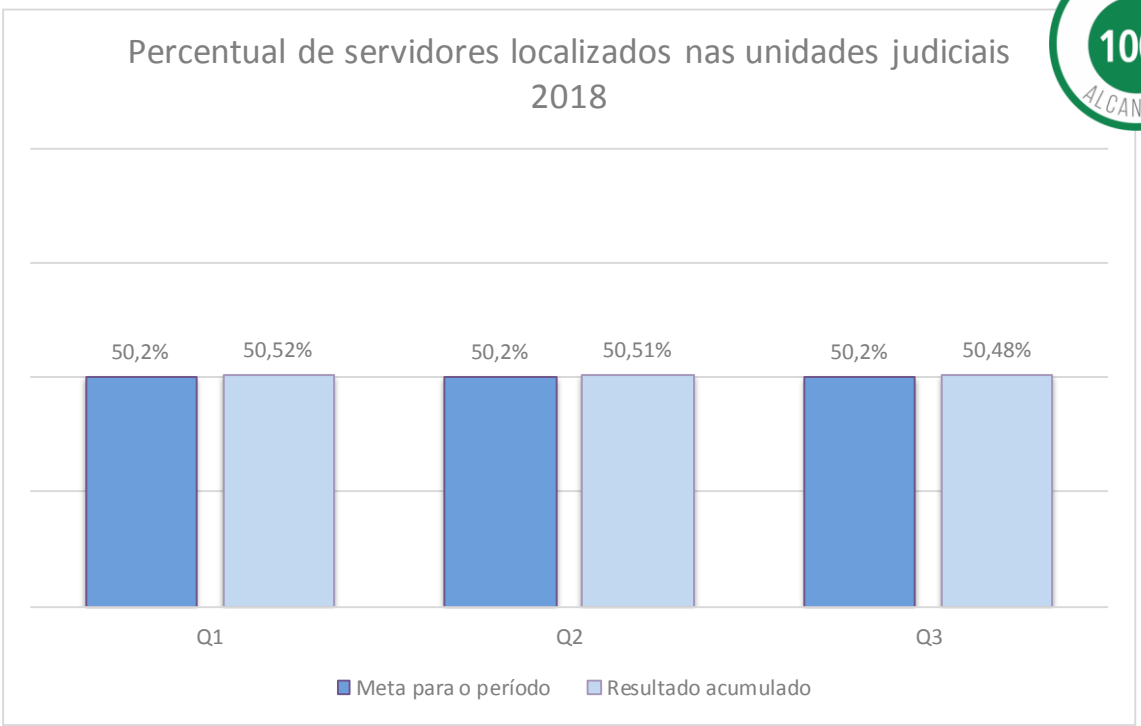
Comentário: Indicador apurado bienalmente, por meio da Pesquisa de Clima Organizacional. Sem apuração realizada em 2018.

PI5.3. Índice de satisfação com a qualidade das informações



Garantir a eficiência na alocação da força de trabalho nas unidades judiciais

AC1.1. Percentual de alocação da força de trabalho nas unidades judiciais



Consolidar a política de valorização dos magistrados e dos servidores

AC2.1. Índice de Reconhecimento e Recompensas

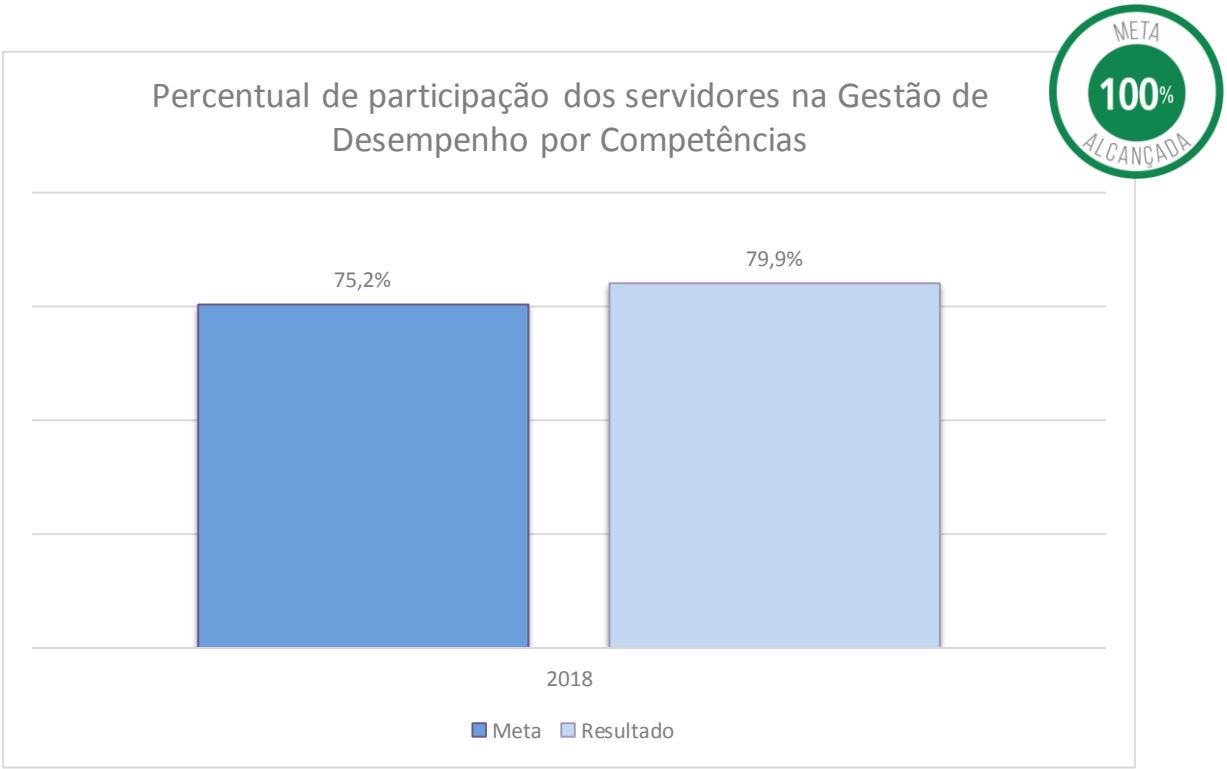
Comentário: Indicador apurado bienalmente, por meio da Pesquisa de Clima Organizacional. Sem apuração realizada em 2018.

AC2.2. Índice de Satisfação e Comprometimento

Comentário: Indicador apurado bienalmente, por meio da Pesquisa de Clima Organizacional. Sem apuração realizada em 2018.

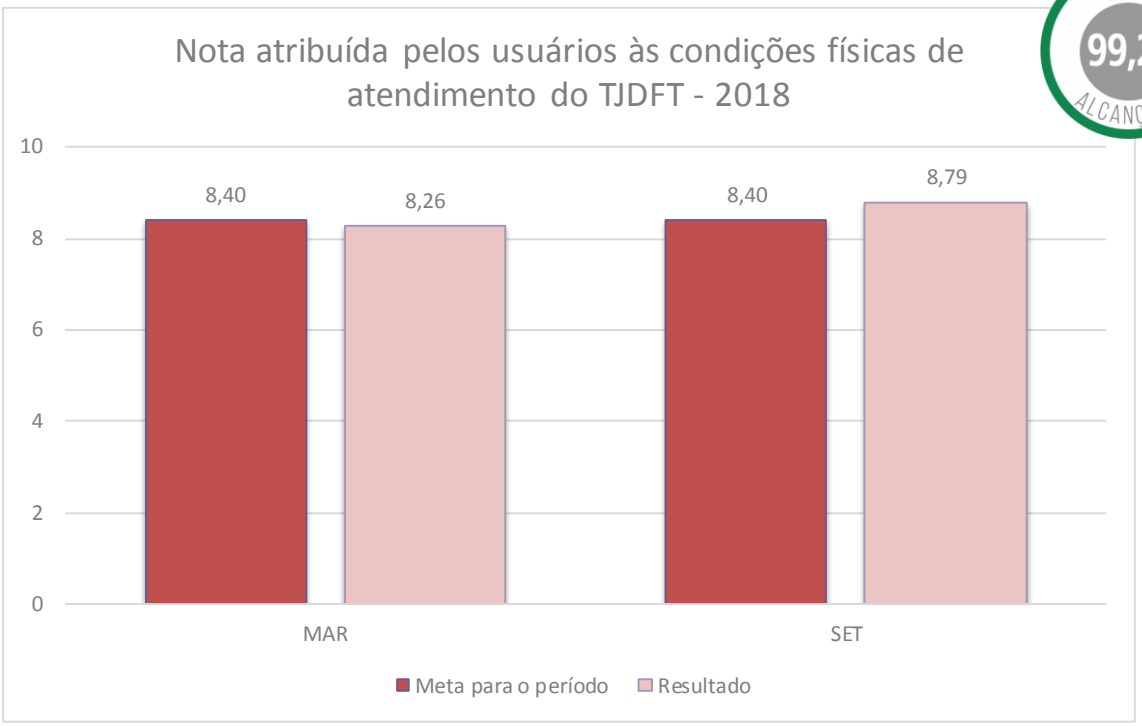
Consolidar a política de gestão por competências alinhada à estratégia

AC3.1. Índice de participação na GDCOMP



Proporcionar condições físicas apropriadas ao exercício das atividades administrativas e judiciais

R1.1. Índice de satisfação com as condições físicas (público externo)

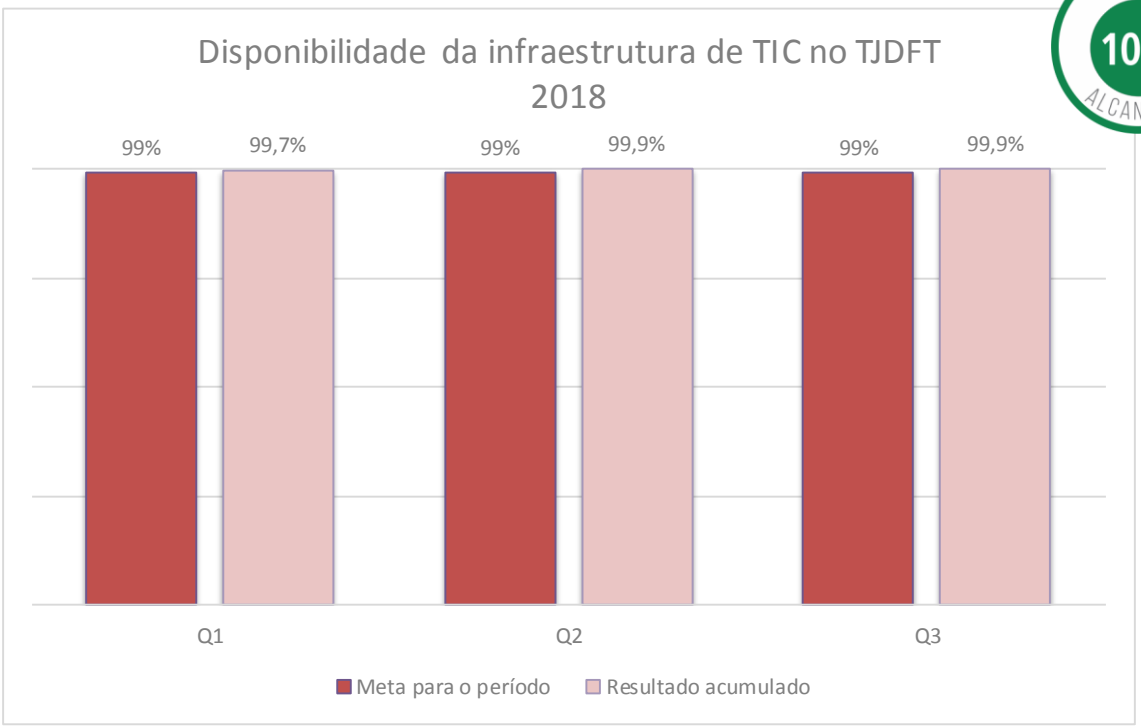


R1.2. Índice de satisfação com as condições físicas (público interno)

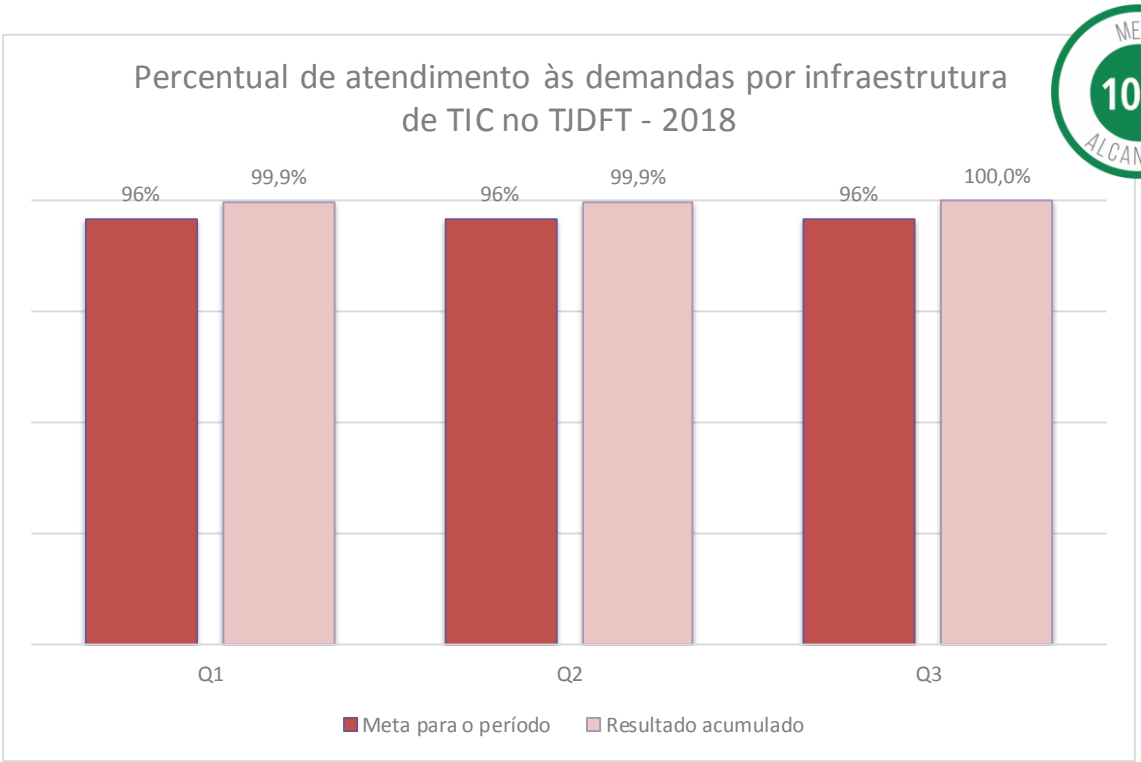
Comentário: Indicador apurado bienalmente, por meio da Pesquisa de Clima Organizacional. Sem apuração realizada em 2018.

Proporcionar infraestrutura de TIC apropriada ao exercício das atividades administrativas e judiciais

R2.1. Índice de disponibilidade de infraestrutura de TIC

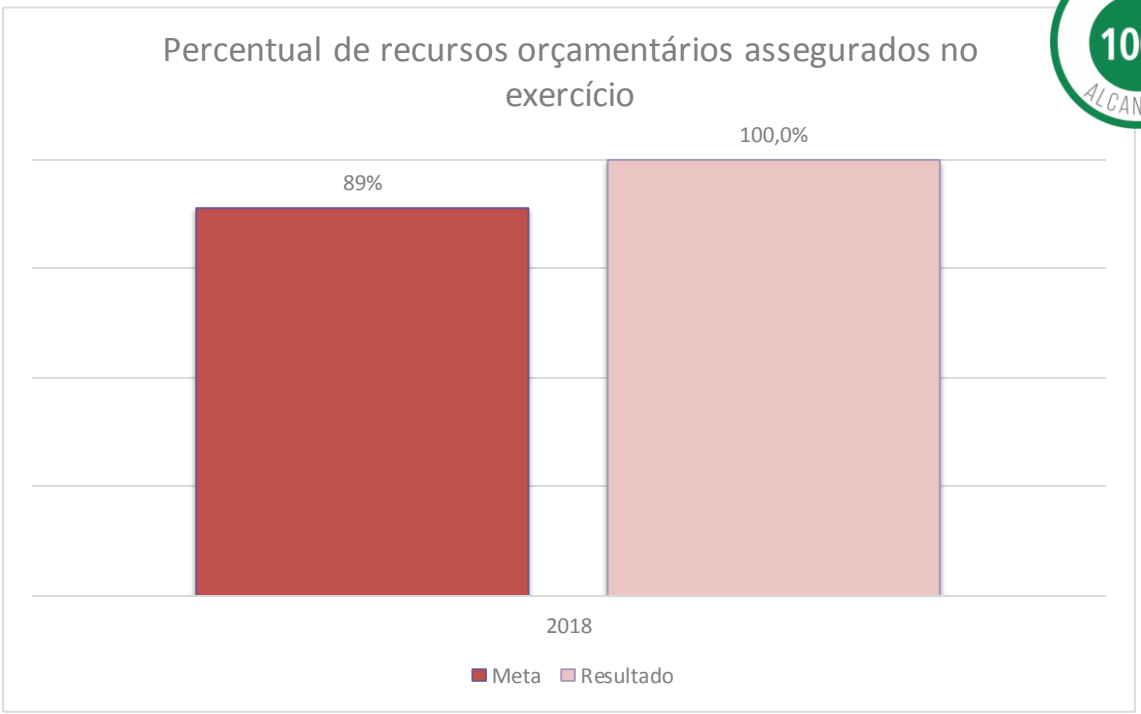


R2.2. Índice de atendimento às demandas por infraestrutura de TIC



Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da estratégia

R3.1. Índice de recursos orçamentários garantidos



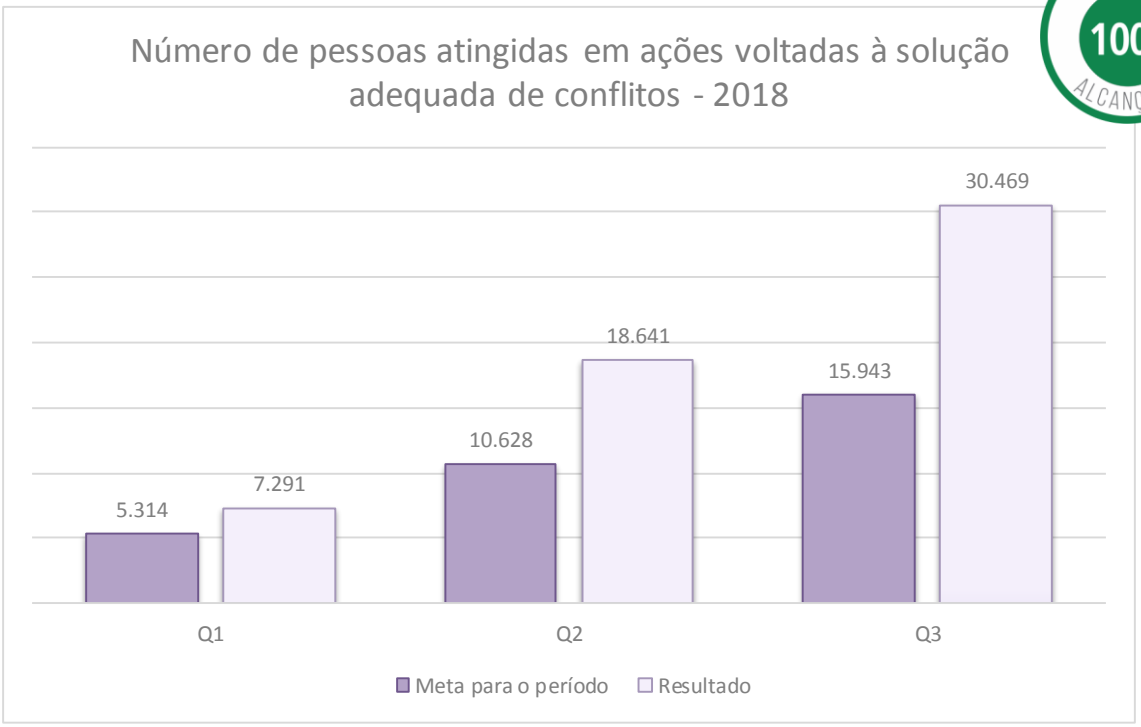
META 100% ALCANÇADA

Comentário: Em face da edição da Emenda Constitucional 95, de 15 de dezembro de 2016, por meio da qual os órgãos tiveram suas dotações anuais congeladas, a CPAEPE estuda a criação de novo indicador para substituir o Índice de Recursos Orçamentários Garantidos, de modo a refletir melhor o percentual de efetivação das contratações estratégicas.

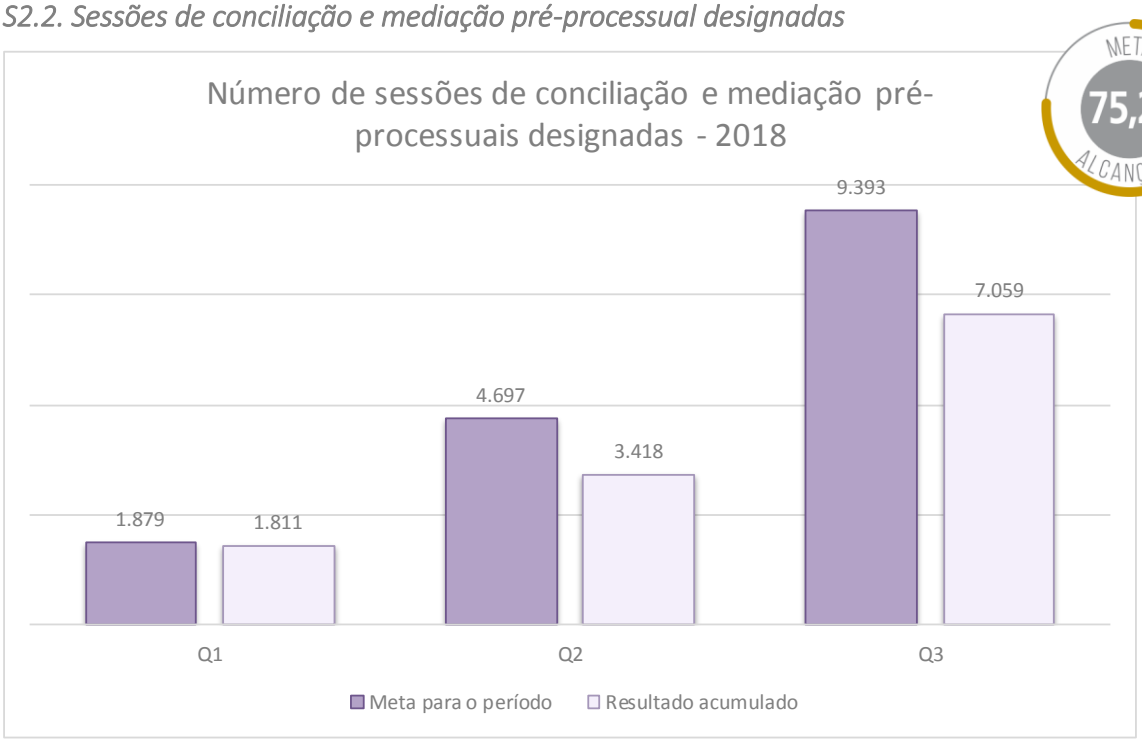
4. Objetivos que apresentaram desempenho regular em 2018

Fomentar métodos consensuais de solução de conflitos

S2.1. Índice de promoção de ações voltadas à solução adequada de conflitos

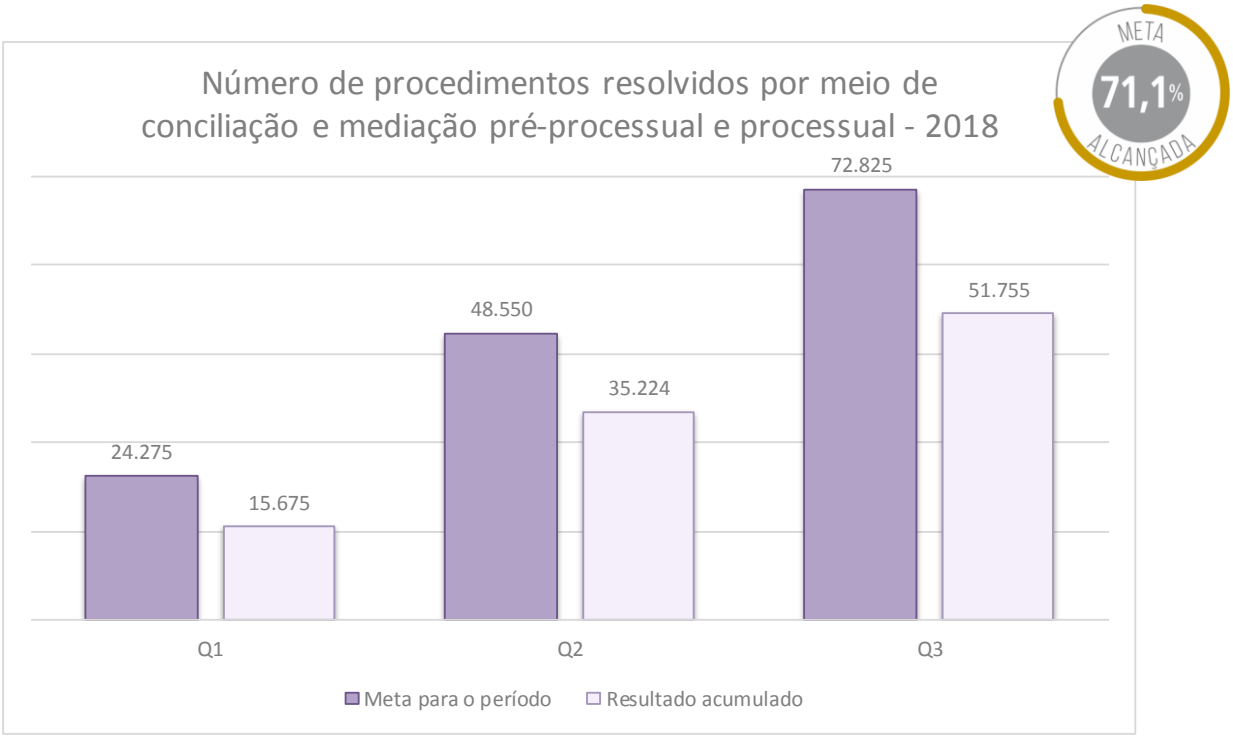


S2.2. Sessões de conciliação e mediação pré-processual designadas



Comentário: O Núcleo Permanente de Mediação e Conciliação - NUPEMEC justificou (Despacho 0796530, PA SEi 8.399/2018) que em 2018 os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e de Cidadania - CEJUSCs tiveram dificuldades para agendar as sessões pré-processuais, pelas seguintes razões apontadas: (1) as instituições que desejavam participar de Pautas Concentradas pré-processuais passaram por processo de recadastramento junto ao TJDFT, o que suspendeu a participação de várias delas até a assinatura de novos acordos e provocou a diminuição dos agendamentos de sessões pré-processuais durante o período de regularização; (2) há uma tendência de crescimento das resoluções dos conflitos nas esferas administrativas e através dos canais de reclamações dos consumidores, como exemplo, o índice de resolução extrajudicial alcançado pelos consumidores no Programa do Ministério da Justiça "consumidor.gov", em que o total de demandas recebidas em 2017 representou 48% das reclamações registradas desde o lançamento do Site, em 2014, o que representou crescimento de 63%, de 2016 para 2017.
Como sugestão para aumentar as designações, o NUPEMEC indicou a necessidade de divulgação do canal conciliar de modo a incentivar a utilização da conciliação pré-processual, inclusive por meio impresso para alcançar o público que busca os serviços da redução a termo e defensoria pública.

S2.3. Procedimentos resolvidos por meio de conciliação e mediação pré-processual e processual

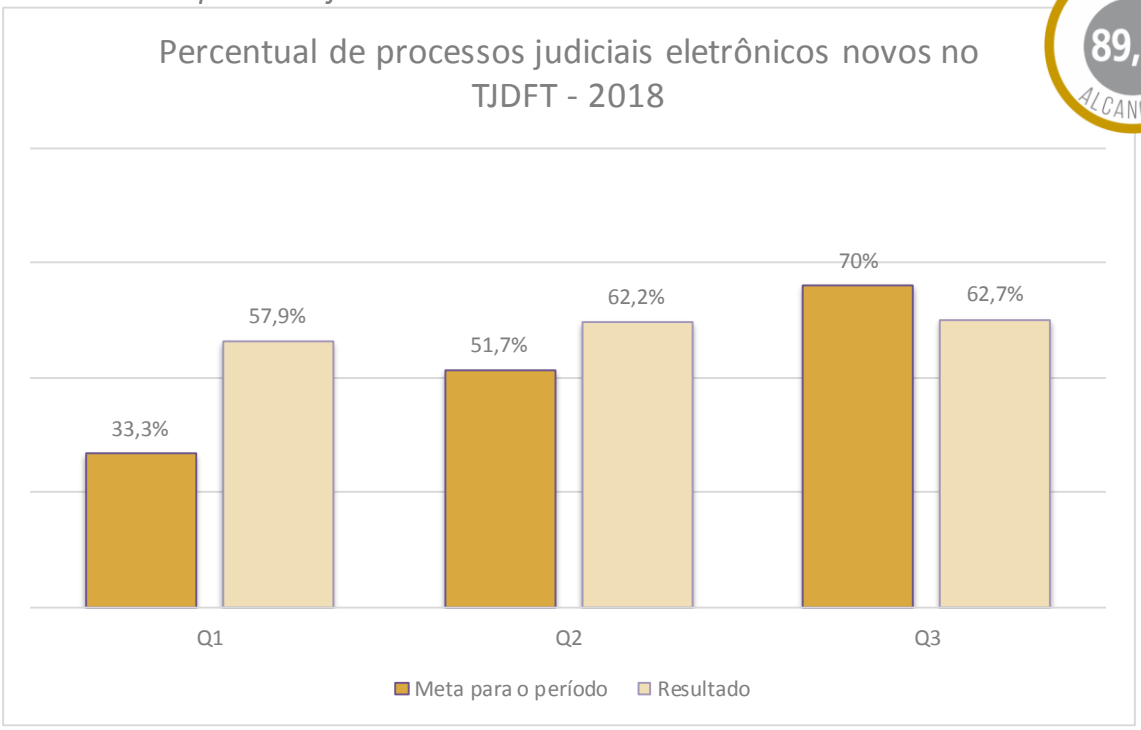


Comentário: O NUPEMEC esclareceu (Despacho 0796530, PA SEi 8.399/2018) que em 2018 as unidades envolvidas no indicador da meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados) tiveram, em relação a 2017, acréscimo na distribuição de 1,7% (Varas +27,0%, Juizados -28,4%, 2ª Instância -49,1%) e os CEJUSCs tiveram um aumento de processos encaminhados de 3,4%. Ao se analisar a quantidade de acordos, verifica-se uma queda geral de 15,0% (Varas -13,0%, Juizados -34,8%, 2ª Instância -89,5%, CEJUSCs +7,8%). Os CEJUSCs foram os únicos a ultrapassar a meta de aumentar em 4% o número de acordos. Os CEJUSCs atendem 27,6% dos processos distribuídos, ou seja, Varas, Juizado e Turmas realizam conciliações em mais de dois terços dos processos do TJDFT. Assim, apontou as seguintes razões para o não atingimento da meta: (1) Não há divulgação sobre a meta e sua importância para todas as serventias envolvidas; (2) Não há meios de monitoramento e controle; (3) Não incumbe à Segunda Vice-Presidência, por nenhum de seus órgãos, o controle e fiscalização das unidades judiciais (varas e juizados) no que tange ao cumprimento das metas; (4) Falta a reciclagem periódica dos conciliadores. Outro fator apontado foi a impossibilidade de os CEJUSCs aumentarem os atendimentos. Em cooperação com o Núcleo de Estatística da Primeira Instância - NUEST foi elaborado para o CNJ, durante o recesso de final de ano, um estudo de lotação nos CEJUSCs e foi constatado que para atender as demandas do Tribunal seria necessário um acréscimo de 160 servidores à estrutura dos Centros.

No mesmo despacho, o NUPEMEC sugeriu as seguintes ações para melhorar o desempenho do indicador: (1) que o indicador passe a ser de responsabilidade da Corregedoria, que poderá divulgar e cobrar as metas de forma mais efetiva e (2) que haja a priorização de alocação de servidores nos CEJUSCs.

Fomentar o uso da tecnologia da informação e comunicação como instrumento de trabalho

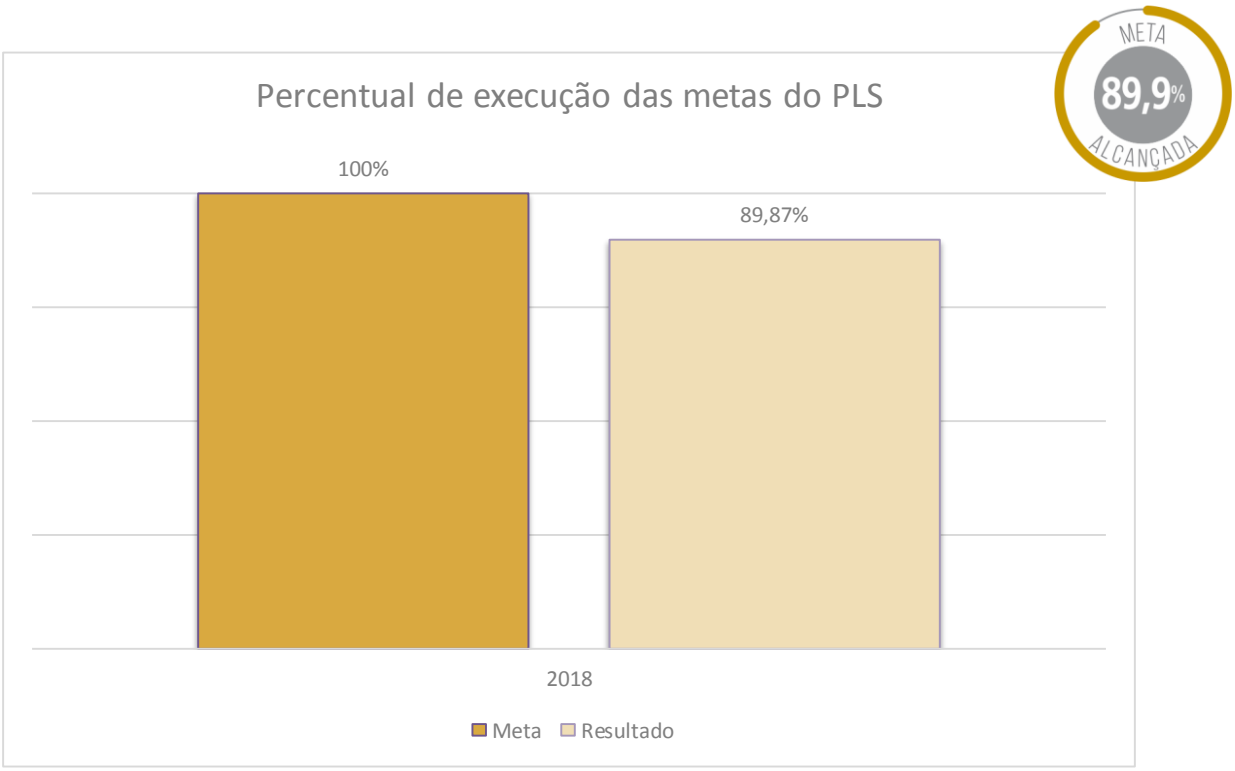
PI3.1. Índice de processos judiciais eletrônicos novos



Comentário: A Secretaria de Desenvolvimento de Sistemas - SEDES apontou (despacho 0797758, PA SEi 2.545/2019) que o motivo para o não alcance da meta do indicador em 2018 foi o adiamento da implantação do PJe nas varas de competência criminal, o que ocorreu "em virtude de atrasos na entrega de ferramentas indispensáveis ao ingresso do PJE na competência criminal pelo CNJ". Considerando-se, por outro lado, o último cronograma de implantação do PJe, divulgado na página do TJDFT, em https://www.tjdft.jus.br/pje/cronograma/cronograma-de-implantacao-para-2019/view, que contempla a implantação nas varas de matéria criminal, além dos tribunais do júri, varas de entorpecentes, juizados especiais criminais, vara da infância e vara de execução de medidas sócio educativas, espera-se que ocorra uma convergência da meta em direção à meta de 2019, de 85%.

Fomentar e aperfeiçoar as práticas de sustentabilidade social, ambiental e econômica

PI6.1. Índice de execução do Plano de Logística Sustentável

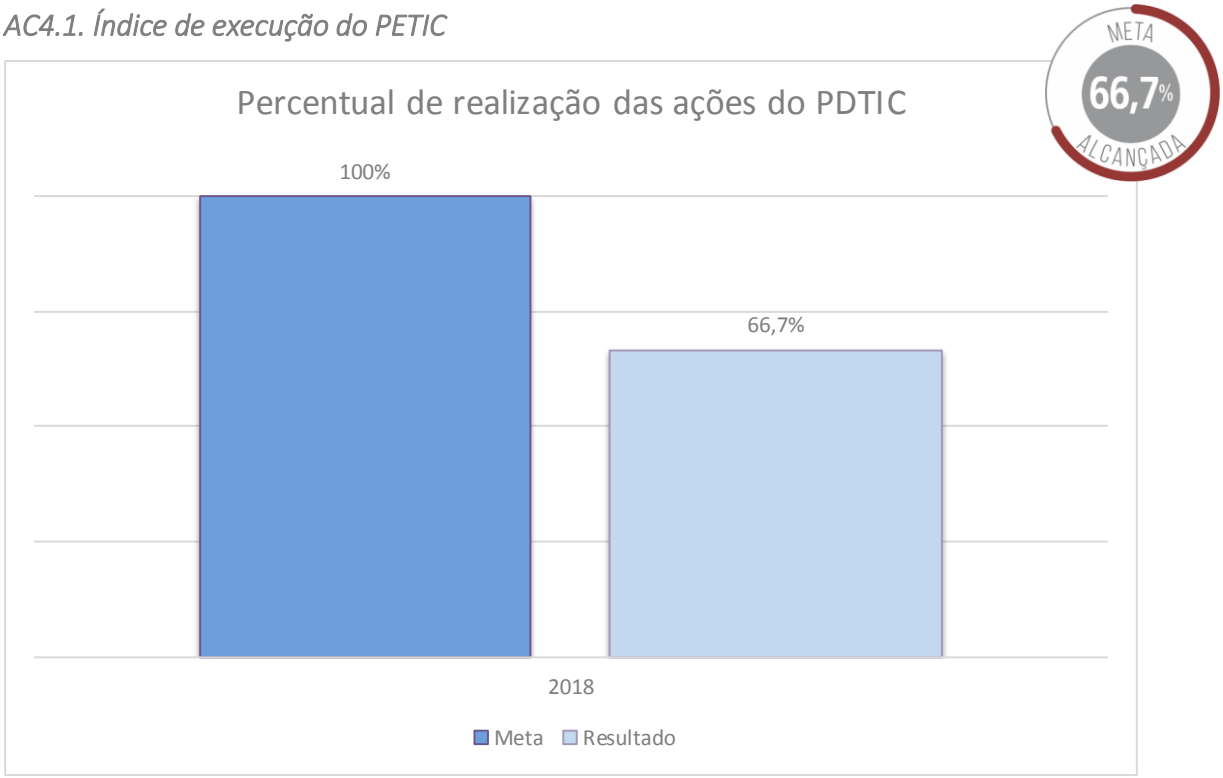


Comentário: De acordo com a Coordenadoria de Gestão Socioambiental - COGESA, as metas não cumpridas em 2018, e que puxaram o desempenho do indicador para o nível regular, foram: (1) Combustível: consumo de gasolina e consumos relativos de álcool, gasolina e diesel; (2) Veículo: quiilometragem; usuários por veículos de serviço; quantidade de veículos; quantidade de veículos de serviço; (3) Impressão: quantidade de equipamentos de impressão; performance dos equipamentos instalados e; (4) Coleta seletiva: destinação de papel; total de materiais destinados à reciclagem. Ainda de acordo com a COGESA, o desempenho do indicador tem sido prejudicado pela ausência de informações sobre os seguintes indicadores: (1) Reformas e layouts: as unidades envolvidas informam que não há sistema informatizado para cadastro de todos os dados que envolvem estes consumos e gastos e; (2) Telefonia: os gestores dos contratos têm justificado que as operadoras de telefonia não enviam as faturas ou não respondem aos questionamentos para revisão, no prazo hábil para o relatório de desempenho anual.

5. Objetivo que apresentou desempenho insatisfatório em 2018

Promover a modernização e a expansão tecnológica e o aperfeiçoamento das soluções de TIC

AC4.1. Índice de execução do PETIC



Comentário: A Assessoria de Governança e Monitoramento de Tecnologia da Informação - AGM apontou (despacho 0809290, PA SEi 8.410/2018) como razão fundamental para o baixo percentual de execução das ações do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC o baixo grau que havia na governança de TI do Tribunal, que gerava, entre outros problemas, a falta de coordenação dos projetos "inter-secretarias", bem como a fuga de priorizações sem a necessária repriorização formal das ações.

A AGM entende, por outro lado, que a reorganização da estrutura de TI, ocorrida no 3º quadrimestre de 2018, trouxe novas estruturas essenciais que propiciam maior integração entre as diversas áreas, a exemplo do Comitê de Gestão de TI, composto por todos os gestores dos macroprocessos de TI, havendo nesse colegiado, contínuos debates que repercutem na melhoria das ações e do planejamento de TI. Outro benefício foi a criação de uma unidade de coordenação superior - CGTI, que, com o apoio da AGM e da Secretaria de Apoio à Governança e Gestão Integrada de Tecnologia da Informação - SEATI, tornou possível a monitoração e o aprimoramento de ações de Governança e compliance. Por derradeiro, a AGM concluiu que "com a nova estrutura de TI e com a incorporação de ferramentas, políticas e conceitos modernos de governança e gestão, espera-se uma evolução no desempenho nos períodos futuros, bem assim a redução de riscos relacionados aos serviços de tecnologia da informação.".

6. Considerações Finais

De modo geral, a conclusão que se extrai do gráfico que ilustra o desempenho dos objetivos estratégicos do TJDFT em 2018 é de que o resultado foi majoritariamente positivo, o que aproximou o desenho do gráfico de uma bela e regular circunferência. Considere-se, nesse sentido, que 93,3% dos objetivos tiveram sua performance situada entre os níveis regular e satisfatório e que apenas 1 dos 15 objetivos, qual seja, "Promover a modernização e a expansão tecnológica e o aperfeiçoamento das soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC", foi avaliado como insatisfatório. Observa-se, nesse ponto, que ações já foram tomadas no sentido de dotar a área de Tecnologia da Informação – TI do TJDFT da estrutura e das ferramentas de gestão capazes de elevar substancialmente a governança da área e, por consequência, melhorar os resultados futuros do indicador "Índice de execução do Plano Estratégico de TIC – PETIC", responsável por mensurar o referido objetivo (junto ao gráfico do indicador encontram-se, em maiores detalhes, as considerações da área de TI sobre o desempenho em 2018).

Observa-se que a avaliação positiva foi generalizada, o que supõe uma boa coordenação dos esforços em prol de um desempenho global bem balanceado. Cita-se, nesse contexto, o importante papel desempenhado pela Comissão Permanente de Acompanhamento da Execução do PE – CPAEPE, monitorando e avaliando o desempenho estratégico, por meio das Reuniões de Análise da Estratégia – RAEs, e direcionando sugestões de ações de melhoria à Alta Administração da corte.

Desempenho anual dos Objetivos Estratégicos do TJDFT - 2018

